

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO
09 A 11/12/2019, FFLCH-SUP, SÃO PAULO-SP
GRUPO DE TRABALHO: GÊNERO, SEXUALIDADE E PRISÃO

ANA CAROLINA SANTOS CAMPOS, UFBA

PERCEPÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA SOBRE A MATERNIDADE DE
MULHERES QUE COMETERAM CONDUTAS CRIMINALIZADAS – LEITURAS
SOBRE A NOÇÃO DE MATERNIDADE

São Paulo
2019

Resumo: O presente trabalho é fruto de pesquisa acadêmica na qual pretendo refletir sobre como a maternidade exercida por mulheres que cometeram condutas criminalizadas é percebida por atores do sistema de justiça - juízes, promotores e defensores. Tal reflexão parte de questionamentos sobre como tais sujeitos se posicionam em suas manifestações oficiais, em processos judiciais, ante a casos de mulheres mães e grávidas que adotam condutas tidas como criminosas. Proponho aqui apresentar o levantamento bibliográfico a respeito da construção do padrão de maternidade ideal - de referência europeia, branca e de classe média - o qual informa o senso comum a respeito da maternidade e influencia a forma como as mulheres mães que se enquadram, ou não, nesse padrão são vistas, bem como observar como a universalização desse padrão afeta as maternidades que a ele fogem. Primeiro, apresento a crítica feminista à construção da noção de maternidade ideal, a partir da objeção colocada por ela à existência de amor materno inato e da proposta de ruptura com essencialismos e determinismos biológicos. Essa crítica é feita, no entanto, a partir de abordagem universalizante da experiência branca europeia e de classe média, o que é pontuado em seguida, quando proponho reflexão sobre como a maternidade negra é vista, em um contexto no qual a luta constante pela sobrevivência, a violência gratuita e a morte, são marcas do exercício da maternidade negra no país.

Palavras-chave: maternidade no cárcere, sistema de justiça, processos judiciais

1. Introdução

O presente trabalho é parte do processo de desenvolvimento de pesquisa acadêmica que tem por proposta fazer uma análise de como as maternidades de mulheres que cometeram condutas criminalizadas são tratadas por atores do sistema de justiça soteropolitanos em seus atos oficiais, mais especificamente nos processos judiciais aos quais tais mulheres respondem criminalmente. A pesquisa, ainda em curso, processos de 2017 a 2019, nos quais há pedidos de liberdade provisória ou prisão domiciliar em favor de mulheres grávidas e/ou mães de crianças de até 12 anos de idade.

A fim de subsidiar essa análise é que leituras sobre a noção de maternidade foram mobilizadas, de modo que busca-se, aqui, refletir sobre a construção da noção de maternidade a partir das teorias feministas, considerando as contribuições teóricas elaboradas por feministas de origem europeia como Elisabeth Badinter (1985) e Simone de Beauvoir (2009), e por autoras do pensamento feminista negro brasileiro e norte americano como Luiza Bairros (1995), Sueli Carneiro (2011), Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019).

No texto, apresento, inicialmente, a crítica feminista à construção da noção de maternidade ideal, a partir da objeção colocada por elas à existência de amor materno

inato e da proposta de ruptura com essencialismos e determinismos biológicos. Essa crítica, no entanto, feita a partir de abordagem universalizante da experiência branca europeia e de classe média, é questionada, em seguida, quando proponho reflexão sobre como a maternidade negra é vista, em um contexto no qual a luta constante pela sobrevivência, a violência gratuita e a morte, são marcas do exercício da maternidade negra no país.

1. A construção da maternidade ideal

Autoras feministas como Elisabeth Badinter (1985) e Simone de Beauvoir (1959) ao afirmarem a inexistência de sentimentos inatos relacionados à maternidade, defendem que ela vem sendo moldada em função de contextos diversos e mudanças históricas, influenciadas por interesses sociais, políticos e econômicos. Badinter (1985, 2002) evidencia isso ao tratar do comportamento materno das mulheres francesas dos séculos XVIII ao XX, expondo as transformações históricas, operadas no seio da família ocidental heteronormativa, que remodelaram os papéis e a relevância dos integrantes do grupo familiar tradicional, enquanto Beauvoir (1959) questiona os papéis socialmente atribuídos às mulheres se apoiando em diversos campos da ciência como a biologia, a história e a psicanálise, fazendo uma leitura da realidade de mulheres francesas, e da sua representação em obras literárias e em relatos médicos.

As mudanças nos valores dessa sociedade são analisadas observando-se o abrandamento da soberania paterna no contexto da casa, em decorrência da valorização da criança e, por derivação, do prestígio da mãe. O declínio da autoridade paterna, no âmbito do lar, é uma mudança tida como relevante para a valorização tanto da mulher mãe, quanto da criança (BADINTER, 1985, p. 26).

Enquanto antes do século XVIII a criança era tratada com desinteresse e a mulher infantilizada ante a autoridade paternal e marital, a partir desse período se consolida a perspectiva moderna de valorização da criança e da função da mulher mãe na sociedade europeia (BADINTER, 1985, p. 86). Em um contexto no qual as crianças eram comumente abandonadas, ou deixadas para serem amamentadas por amas de leite, em instituições da Igreja Católica¹, impuseram-se mudanças no sentido de encorajar as

¹ Grande número de crianças era deixado nas rodas dos enjeitados, ou roda dos expostos, muitas das quais acabavam morrendo. Essas crianças eram abandonadas por iniciativas dos pais, o que só deixou de ocorrer em função da intervenção estatal. BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

famílias francesas a permanecerem com seus filhos, incentivando-se as mães francesas a amamentá-los e educá-los para serem bons cidadãos. Para atingir esse intento, teóricos da revolução francesa foram determinantes na formulação de conteúdos difusores dos novos valores bastiões da sociedade, textos publicados em livros, revistas e jornais² de ampla circulação - era preciso mudar, sobretudo, a relação que se tinha com a maternidade.

É o abandono dessas crianças, obstado pelo estado moderno francês, que Badinter analisa em seu estudo e utiliza como exemplo para defender a ideia de que não há amor materno inato. A possibilidade de despreço da mãe pelo filho é defendida por Badinter, que considera o amor materno uma construção contingencial, em oposição à ideia de amor maternal inerente à natureza feminina (BADINTER, 1965, p. 86/87).

menos três argumentos serviram de alicerces para fundar as bases da mudança acerca da maternidade promovida pelo Estado francês. O primeiro discurso, direcionado a homens instruídos formalmente, destacava a importância da população para um país e, assim, defendia que um Estado forte necessitava de homens fortes, que com ele pudessem contribuir futuramente, seja através da participação política consciente, da oferta de mão de obra saudável, ou através da possibilidade de defendê-lo por meio do serviço militar (BADINTER, 1985, p. 149).

O segundo discurso, de natureza filosófica, era destinado a homens e mulheres, cidadãos franceses, e tinha como fundamento a defesa da igualdade e da felicidade individual. O enaltecimento da igualdade enquanto um valor social foi central na mudança da relação com a maternidade, pois conferia relevância à mulher no cerne da família e da sociedade, de modo que a maternidade, antes vista quase como um dever cívico para a manutenção da sociedade, passou a ser entendida como expressão da felicidade plena de um casal (BADINTER, 1985, p. 178). A busca pela felicidade individual e o casamento realizado com bases na felicidade de ambos, da escolha de ambos, colocava a mulher na condição de sujeito.

O terceiro discurso, de cunho moral e destinado às mulheres, foi intermediado por agentes do Estado, principalmente por médicos, administradores, pedagogos e chefes de polícia. As mulheres eram peça fundamental no projeto de nação em curso e as responsabilidades maternas lhes foram atribuídas com tons de súplica e de acusação. Ao

² Dentre as diversas publicações, destacou-se *Émile*, de Rousseau, tratado no qual o filósofo enfatiza a influência da mãe na formação moral do futuro homem.

tempo em que as mulheres eram encorajadas a assumir o dever natural de zelar por seus filhos e promover, assim, seu poder de influência na sociedade, a elas era cobrado o cumprimento da lei divina e da natureza, pois seus corpos eram destinados à procriação e não à glória da beleza ou ao prazer (BADINTER, 1985, p. 181/183).

O discurso de cunho moral foi composto por outros discursos que buscavam convencer as mulheres a não abandonar suas crianças, mas, ao invés, a amamentá-las e cuidá-las em tempo integral. A amamentação passou a ser vista como responsável pela qualidade dos homens de uma nação e adquiriu papel central nos discursos daqueles que tinham por tarefa convencer homens e mulheres sobre quais condutas pessoais eram melhores para a sociedade (BADINTER, 1985, p. 192/195).

O argumento do retorno à boa natureza foi utilizado no convencimento das mulheres europeias para a importância da amamentação, fazendo-se referência à saúde e vitalidade de povos antigos e de povos vistos como selvagens - africanos, americanos e brasileiros (BADINTER, 1985, p. 185). Para os homens que sustentavam tal argumento, quando esses povos enriqueciam e se tornavam cultos, as mães deixavam de amamentar, recorrendo às amas de leite mercenárias, o que dava causa ao enfraquecimento e degeneração da raça. Mulheres mais sadias deviam voltar aos hábitos naturais mais saudáveis e adotar um regime de vida mais adequado à gravidez e lactância.

Acreditava-se que assumir uma vocação obrigatória, abrir mão de si mesma, bem como fazer sacrifícios pessoais em nome da maternidade, demandava uma preparação espiritual, na crença comum. Como reflexo, no século XIX predominou o hábito de se falar das mães em termos místicos, tamanha a grandiosidade conferida à tarefa materna (BADINTER, 1985, 270). Além do que, as responsabilidades maternas ampliaram-se e, além de provedora natural, a mãe passou ao lugar de educadora. Assim, a mãe ideal era a mãe professora, guardiã da saúde moral dos filhos, tinha o dever de educá-lo e servi-lhe de exemplo (BADINTER, 1985, p. 258). A mãe que fracassasse na missão sagrada de parir, amamentar, zelar e educar o filho ao longo de toda a sua vida era tida como culpada pelos erros seus e dele. O destino do filho dependia do sucesso da mãe em seu encargo inescusável - “só depende dela que seu filho seja um grande homem ou um criminoso” (BADINTER, 1985, p. 272).

Alguns arquétipos de mulheres consideradas más mães foram analisados por Badinter. Essas mulheres eram retratadas em função da sua incapacidade de cumprir com os padrões estabelecidos, seja em razão de sua falta de interesse, de habilidade, ou de condições materiais (BADINTER, 1985, p. 273). A mãe que não amava seus filhos recebia a pecha de indigna por tratá-los de forma fria e dura e por não lhes nutrir afeto - “meio monstro, meio criminosa, tal mulher é o que poderíamos chamar de “erro da natureza” (BADINTER, 1985, p. 275). A mãe que não priorizava os filhos era tida como egoísta por se dedicar pouco a eles - descuidada e negligente, não cometia sacrifícios em prol da maternidade. Crianças soltas e livres eram sinal de maus cuidados maternos, “se as crianças brincam na rua, como ocorre nas famílias pobres, é porque a mãe é incapaz de educá-los corretamente. Aliás, a criança que perambula pelas ruas é, aos olhos dos moralistas e dos filantropos, o sinal mais evidente de uma família mal conduzida e, portanto, de uma mãe indigna” (BADINTER, 1985, p. 278).

A mãe trabalhadora era reprovada, independente do motivo que a levasse a trabalhar. Tanto as mulheres pobres que precisavam compor o sustento da família, quanto as mulheres das classes altas que se dedicavam ao trabalho intelectual, eram recriminadas por não se ocuparem integralmente do filho. Operárias, comerciantes, camponesas e professoras deviam, antes de tudo, ser mães, já que, defendia-se, “o destino da criança e a felicidade da família dependem muito mais de sua presença constante do que do ganho produzido por seu trabalho fora de casa” (BADINTER, 1985, p. 279).

O padrão de maternidade se inspirou no oposto desses estereótipos, a mulher francesa naturalmente amorosa e cuidadosa, burguesa, pertencente à classe média, que, por isso, não precisava trabalhar e somente se dedicava ao que estivesse relacionado aos cuidados da família. A maternidade inseriu a mulher europeia em um contexto de valorização social do seu papel enquanto mãe. Ela deixou a posição de infante perante o marido, e passou a ter mais autoridade dentro de casa, no que diz respeito aos cuidados e educação dos filhos, de modo a obter respeito e prestígio social.

Ao longo do século XX a maternidade idealizada dividiu espaço com a presença das mulheres brancas de classe média no mercado de trabalho. A partir da década de 1960 os números sobre o trabalho feminino começam a indicar uma mudança no comportamento das mulheres que passam a trabalhar não só para complementar a renda familiar, mas também para sua própria satisfação. Além do que, ganharam destaque as

lutas das mulheres pelo controle de natalidade e contra a definição da mulher a partir de aspectos biológicos, o que motivou a luta pelo direito à livre escolha no âmbito dos direitos reprodutivos.

O uso de contraceptivos a partir da década de 1970 iria intensificar esse movimento, e a maternidade deixaria de ser tarefa central na vida das mulheres, diante da possibilidade de escolha entre a dedicação total ao trabalho ou a conciliação entre trabalho e família (BADINTER, 1985, 2011). A maior participação dos homens na dinâmica de criação dos filhos também é um elemento de mudança comportamental em relação à maternidade, retirando a mulher do lugar de única responsável pelo cuidado dos filhos.

Segundo Badinter, houve, contudo, uma involução, ao seu ver, na concepção de maternidade no último quartel do século XX (BADINTER, 2011, p. 82). No contexto de crises econômicas nos anos 1980 e 1990, a maternidade teria passado a ser novamente valorizada como tarefa fundamental das mulheres – sendo elas as primeiras a perder seus empregos, passaram a ser encorajadas a voltar a suas casas já que o salário maternidade lhes garantiria remuneração pelo trabalho doméstico, de forma mais segura do que em trabalhos precarizados. No movimento feminista também houve articulação no sentido do resgate da maternidade enquanto parte da identidade e do poder femininos, em direção ao reconhecimento de que não era o fator biológico da maternidade que determinava o lugar de subalternidade social da mulher, mas as relações de poder que lhe atribuíam significado (BADINTER, 2011).

Além de confrontar o essencialismo ao questionar a existência do amor materno inato, Badinter problematiza o culto à mãe perfeita e reflete sobre os custos dessa idealização para as mulheres ao longo da história - o encerramento da mulher no ambiente do lar, reservada à reprodução e ao cuidado dos filhos, sempre que conveniente aos interesses estatais. A autora se insere em contexto da produção feminista marcada por rupturas com essencialismos e determinismos biológicos que engessassem a mulher no papel social de mãe, sendo recorrente a utilização da maternidade como elemento central na explicação da desigualdade entre os sexos – a sua recusa seria uma estratégia para subverter a dominação masculina e refutar o destino social de mãe (SCAVONE, 2001, p. 139).

Discussões semelhantes haviam sido propostas por Simone Beauvoir (2009), vista como impulsionadora dos debates sobre a condição social e biológica da mulher. Suas ideias reverberaram ao longo da segunda metade do século XX tanto no ambiente acadêmico quanto nos movimentos feminista de luta pela liberação das mulheres, com tônica especialmente voltada para a liberação de seus corpos.

Ao tratar da maternidade, o faz em capítulo específico, ainda que constantemente se aproxime do assunto ao longo do texto, e dá destaque ao tema do aborto, ao versar extensamente sobre a questão. A filósofa critica de forma contundente a criminalização do aborto e a ausência de práticas de controle de natalidade efetivas, alegando ser a moral cristã o único fundamento para tal proibição, ao tempo em que noticia o fracasso da punição do ato, dado o grande número de mulheres que o praticam de forma clandestina (BEAUVOIR, 2009, p. 485).

As limitações físicas causadas às mulheres pela gravidez também são enfatizadas. Nesse ponto, Beauvoir parece construir uma imagem da maternidade enquanto prisão do corpo para a mulher – não fala sobre como o corpo é construído socialmente, mas sobre como a natureza coloca a mulher num lugar de vulnerabilidade e submissão (BEAUVOIR, 2009, p. 496). Beauvoir atribui a falta de liberdade da mulher ao que chama de limitações da espécie, colocando o corpo como um elemento fundamental diferenciador da mulher e do homem ao afirmar que

“A transcendência do artesão, do homem de ação é habitada por uma subjetividade, mas na futura mãe abole-se a oposição sujeito e objeto; ela forma, com esse filho de que se acha prenhe, um casal equívoco que a vida submerge; presa às malhas da natureza, ela é planta e animal, uma reserva de coloides, uma poedeira, um ovo; assusta as crianças de corpo egoísta e faz com que os jovens escarneçam, pois ela é um ser humano, consciência e liberdade, que se tornou um instrumento passivo da vida.” (p. 496)

Ao associar mulheres grávidas a imagens que fazem referência a animais, Beauvoir firma sua visão da maternidade enquanto força natural limitadora da liberdade. Essa relação soa, contudo, como uma animalização das mulheres grávidas, e faz remeter a recurso utilizado nos discursos, citados por Badinter, voltados ao convencimento da sociedade acerca da importância da amamentação. Geralmente relacionado às mulheres de outras nacionalidades e grupos raciais, tratados por povos selvagens, a animalização era parte do argumento de retorno à boa natureza em que mulheres africanas, brasileira,

mexicanas eram mulheres selvagens exaltadas pelos estudiosos como exemplo de relação natural entre mães e filhos.

Segundo Beauvoir, ao se referir à maternidade, o corpo exerce domínio sobre a mulher e expressa seus sentimentos, ainda que involuntariamente, de modo que as circunstâncias da gravidez e do parto são associados ao temperamento da mulher grávida - a gravidez tranquila expressa uma gravidez desejada, o contrário da gravidez indesejada, repleta de mal-estar e tonturas (p. 502). Os cuidados maternos também são expressão do estado emocional da mulher mãe, para Beauvoir, que afirma o seguinte sobre a relação da mãe com a criança:

“Se a deseja sinceramente, alegra-se com a gravidez e faz questão de conduzi-la sem ajuda; dominada ainda e consentindo nisso, entrega-se, ao contrário, às mãos maternas: o recém-nascido se lhe afigurará antes um irmão ou uma irmã do que seu próprio fruto;” (p. 493) - “Sem ajuda” como expressão do desejo pela maternidade, a maternagem coletiva é então expressão de amor menor. A mãe que realmente ama se dedica integralmente ao filho, e dispensa ajuda. Se precisar do auxílio materno é tida como irmão de seu filho.

Se a grande contribuição de Beauvoir para a luta feminista é a afirmação que a mulher não é seu corpo, sua anatomia, que esses não são determinantes para o destino da mulher, ao tratar da maternidade Beauvoir refere-se a um corpo opressivo, aprisionador, a submissão da mulher à espécie, ou seja, ao corpo enquanto limitador da liberdade da mulher. Suas ideias serão fundamentais para fundamentar a defesa do controle de natalidade e da compreensão da maternidade enquanto uma limitação para a vida plena das mulheres.

Considerar as bases do pensamento que conforma o senso comum acerca da maternidade nos é útil para a reflexão sobre como essa noção vem sendo construída e modificada ao longo dos últimos séculos e sobre suas permanências, a exemplo do cuidado dos filhos como prioridade, a amamentação como momento sagrado, a importância do papel da mãe no seio familiar, e a maternidade como expressão da felicidade dos casais. Pensar sobre a construção da noção de maternidade nos auxilia a entender como ela se constitui, e sob quais interesses, bem como a observar quem é essa mãe a quem a noção hegemônica da maternidade se refere.

1.2 Mulheres negras e maternidade: questionando a universalização da maternidade ideal

Tratar sobre a maternidade das mulheres negras é também tratar sobre as representações sociais de um imaginário impregnado com imagens baseadas em permanências da formação social do país. A forma como essas representações se desenvolvem no Brasil nos indica sobre a noção de maternidade negra, além de apontar o lugar da mulher negra nas relações afetivas.

Ana Claudia Lemos Pacheco estuda as escolhas afetivo sexuais de mulheres negras soteropolitanas, tomando a afetividade como um projeto pessoal que envolve o estabelecimento de uma união estável, a constituição de uma família, a convivência afetiva, o nascimento de filhos, o casamento formal, ou não, e a durabilidade da relação (PACHECO, 2013, p. 267). A autora analisa a forma como as teorias raciais difundidas no Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX, influenciaram a construção do imaginário social sobre o par ideal, a fim de entender as lógicas que antecedem as escolhas afetivas e como gênero, raça e outros marcadores sociais operam nas trajetórias sociais de mulheres negras.

Pacheco ressalta a preocupação dessas teorias com as relações sexuais afetivas entre homens e mulheres de raças diferentes, expressa ora, no caso do eugenismo, no controle e proibição de uniões entre pessoas de grupos raciais distintos, ora, no caso da teoria do branqueamento populacional, na estimulação dessas relações, com a perspectiva, de médio a longo prazo, de clareamento das população brasileira através do incentivo ao contato íntimo entre brasileiros, descendentes de africanos e indígenas, com imigrantes europeus.

É relevante para este trabalho observar essa relação feita por Pacheco, pois evidencia como essas teorias vão interferir concretamente na realidade afetiva e de constituição familiar das mulheres negras, já que é sobre suas vidas, sobre seus corpos que, no fim das contas, as políticas que elas embasam exercem influência – o padrão de constituição familiar e de maternidade arquetípica, por exemplo, não é percebido no que diz respeito a este grupo social.

Ao refletir sobre a maternidade negra, Luciane de Oliveira Rocha (2016) evidencia “como discursos patologizantes construídos sobre a população negra e os

supostos problemas que ela causava ao desenvolvimento da sociedade brasileira, ainda informam como a maternidade negra é percebida” (ROCHA, 2016, p. 178). A autora trabalha com a ideia de maternidade negra enquanto resistência às políticas estatais que geram a morte negra e aponta para como as experiências negras de maternidade são desvalorizadas face às experiências hegemônicas - a prática do cuidado coletivo das crianças, por vizinhas e parentes, recorrente nas comunidades negras, por exemplo, é vista como um sinal de descuido materno (ROCHA, 2016, p. 185).

Ao analisar o tema a partir da literatura sobre formação racial do Brasil, Rocha destaca a produção de Nina Rodrigues sobre raça, e o alegado risco do cruzamento entre pessoas brancas e negras. As ideias de Nina Rodrigues teriam criado a justificção moral para as estruturas das agências de controle social, que deviam conter as ações de negros e mestiços, considerados “não civilizados”, “raças inferiores”, naturalmente inclinados à prática criminosa. (ROCHA, 2016, p. 179). A autora argumenta que “os discursos de Nina Rodrigues sobre a degeneração negra, atavismo e soluções eugênicas foram hegemônizados e legitimou a base ideológica do genocídio no Brasil” (ROCHA, 2016, p. 180).

A maternidade negra, no entanto, teve papel histórico de resistência para a comunidade negra, vez que “as mulheres negras forçadas a ser amas-de-leite e babás dos filhos do mestre, foram as responsáveis financeiras e políticas pela subsistência e resistência da população negra em meio à antinegitude” (ROCHA, 2016, p. 181). Para Rocha “as mulheres negras tiveram papel fundamental no sustento, educação, influenciando comportamentos e, portanto, transmitindo negritude através da maternidade” (ROCHA, 2016, p. 182).

É uma maternidade que, no entanto, precisa ser reivindicada e disputada com a produção de mortes pelo estado que tem seus filhos como alvos preferenciais.³ Ao invés da valorização da maternidade, às mulheres negras grávidas é atribuída a pecha de estarem colocando potenciais criminosos no mundo, e quando os filhos cometem condutas criminalizadas, são por elas culpabilizadas. Rocha afirma que

³ BRASIL. IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência - 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em 15/09/2019.

[...] existe um preconceito sociorracial que retrata mães negras como “mãe de bandido”. [...] a “mãe do bandido” é culpabilizada pela violência que os membros das suas famílias possam vir a cometer. Essas acusações podem vir de pessoas que vivem fora das favelas, de um oficial de polícia, dos vizinhos, ou até mesmo de outro membro da família. Se os filhos se envolverem em atividades criminosas as mulheres negras são frequentemente acusadas de não tê-los educado corretamente, seguindo a mesma lógica patologizante de Nina Rodrigues que culpabiliza a população negra por sua não integração plena na sociedade.” (ROCHA, 2016, p. 186)

A antinegitude, concretizada na violência urbana, na brutalidade policial tem sido a ameaça à maternidade das mulheres negras, de modo que a ação das mães é vista como fundamental para garantir a sobrevivência de seus filhos (ROCHA, 2016, p. 185). A violência que atinge os jovens negros no Brasil, produzindo suas mortes de forma gratuita e não contingencial é marca dessa antinegitude, entendida como a impossibilidade de existência do negro, pleno, autônomo e sujeito de direitos diante da formação social do Brasil (VARGAS, 2016, p. 14).

Diante do cenário de violência, conceito de *de-matar* é proposto para compreender a ação das mães negras no sentido de garantir a vida de seus filhos e valorizar os “atos de coragem realizados por mães cujos filhos e filhas são sistematicamente alvos e suscetíveis à violência” (ROCHA, 2016, p. 185). “Se o principal recurso do genocídio é a morte negra, a maternidade tenta evitá-lo através de atos de *de-matar* baseado fundamentalmente no amor ao fruto do seu ventre gerador de negritude” (ROCHA, 2016, p. 195). A maternidade negra é colocada enquanto alternativa à antinegitude, uma possibilidade de “recriação da sociabilidade negra em face da destruição” (ROCHA, 2016, p. 195).

A percepção da maternidade negra enquanto resistência está presente também na abordagem de Patrícia Hill Collins (2019) acerca da maternagem nas comunidades negras norte americanas. É certo que Collins se refere ao contexto estadunidense, contudo é possível perceber a proximidade entre a realidade das mulheres negras que desenvolvem uma ética do cuidado a partir da maternagem, tornando a maternidade uma ação política, e as estratégias utilizadas por mães negras brasileiras. A articulação dessas mães negras ocorre, sobretudo, em função de questões concretas que precisam de respostas, como a necessidade de creches para filhos das trabalhadoras negras, a educação de baixa qualidade oferecida nas escolas públicas, o número de jovens negros encarcerados e o número de jovens negros mortos em ações policiais.

Para fazer esse enfrentamento é fundamental que as mulheres negras possam definir a sua própria maternidade. A valorização da forma como as mulheres elaboram sua própria maternidade evita que sejam construídas imagens estereotipadas e opressoras, positivas ou negativas, sobre elas. Para Collins, a consideração do ponto de vista das mulheres negras sobre a maternidade vem para desbancar a imagens estereotipadas e “ênfatiza a relevância das ideias e das ações das mulheres negras quando utilizam esse ponto de vista para enfrentar os desafios políticos, econômicos e sociais dos dias de hoje” (COLLINS, 2019, p. 298).

Acerca da construção dos discursos sobre a maternidade negra, Collins faz referência a produções acadêmicas de homens brancos e negros a respeito da maternidade ao longo do século XX nos EUA. Nessas produções, as mulheres negras eram retratadas como aquelas que costumavam falhar na educação das crianças ao emascular seus filhos e tornar suas filhas pouco femininas, bem como por comprometer o desenvolvimento escolar dos mesmos (COLLINS, 2002, p. 173). Os homens negros, contudo, tendiam a aproximar as mulheres negras do arquétipo de maternidade, representando-as como mães dedicadas, que se sacrificavam e amavam incondicionalmente os filhos. Assim, esses homens estariam construindo espontaneamente uma imagem positiva das mulheres negras, inserindo a imagem de mães negras super fortes em uma sociedade que geralmente as pinta como mães ruins. (COLLINS, 2002, p. 174)

Na década de 1970, o feminismo moderno tomou espaço na produção sobre maternidade. As feministas brancas produziram uma crítica à produção masculina sobre a formação da família, contudo, uma crítica limitada, já que seu trabalho era marcado pelo confronto ao ideal de família tradicional, prevalecendo, assim, análises sobre a realidade de mulheres brancas de classe média. Os trabalhos feministas deixaram de avaliar que as mulheres negras mães eram as que limpavam as casas e cuidavam das crianças ou dos velhos das casas de outras mulheres, geralmente brancas (COLLINS, 2002, p. 174/175). Nesse sentido Collins fala da violência representada pela universalização das experiências a partir do referencial branco, afirmando que

“ver as imagens de masculinidades e feminilidades como símbolo universal de gênero, ao invés de vê-las como imagens simbólicas que são, específicas de raça, classe e gênero, faz com que as experiências de pessoas negras e de mulheres e homens brancos e não privilegiadas sejam invisíveis. Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências” (COLLINS, 2015, p. 26).

A construção da noção de maternidade a partir da referência universalizante branca integra uma lógica de desumanização das mulheres negras, através da desconsideração de sua presença, contribuição e existência na sociedade. A adoção do padrão branco de humanidade impacta na forma como as mulheres negras são vistas pois, ao contrário do que ocorre com as mulheres brancas, as mulheres negras não são associadas a todo o repertório comportamental relacionado à maternidade e a todo o cuidado que ela enseja socialmente, sua representação é limitada a imagens estereotipadas e negativas.

Acerca das universalizações promovidas pelo feminismo a partir da experiência branca, Luiza Bairros questiona os conceitos de mulher, de experiência e a própria ideia de que o pessoal é político (BAIRROS, 1995). O conceito de mulher é criticado por ser pensado a partir da maternidade enquanto experiência central, da definição da identidade feminina pelo aspecto biológico, e da sexualidade enquanto poder exercido pelos homens sobre as mulheres, sendo a mulher definida enquanto vítima do poder masculino. O conceito de experiência é criticado por ser mobilizado para definir a opressão vivida pelas mulheres de forma genérica, independente de tempo, região, classe ou raça. Já a ideia de que o pessoal é político presume que se pode entender enquanto instituição política qualquer estrutura que reforce a dominação masculina, a exemplo da família e do casamento, como se as instituições sociais tivessem características também universais (BAIRROS, 1995, p. 458/460).

Bairros reconhece a utilidade de conceitos feministas fundamentais para a articulação de política para mulheres nos contextos históricos de lutas por direitos, e as críticas que o próprio feminismo faz a esses conceitos, porém registra que tais conceitos não são suficientes para dar conta do que une à todas as mulheres, já que a abordagem feminista hegemônica desses temas por vezes desconsidera categorias como raça, classe e orientação sexual (BAIRROS, 1995, p. 459). Experiências com a maternidade não são universais, bem como a relação das mulheres com os homens e com a família também não se dão de maneira uniforme. Não haveria, assim, uma identidade única, universal, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente situada.

No mesmo sentido, Sueli Carneiro afirma que “as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem” (CARNEIRO, 2011), são particularidades que

precisam ser levadas em conta ao se pensar variados aspectos da vida dessas mulheres em sociedade, sendo a maternidade um deles.

Para retratar as mudanças na relação das mulheres com a maternidade, a abordagem feminista hegemônica disseminou a imagem de uma mulher encerrada no ambiente doméstico, uma vida limitada ao âmbito privado, sem considerar, contudo a realidade de trabalho escravizado ao qual as mulheres negras foram submetidas. Angela Davis, se referindo ao contexto específico da escravização negra nos Estados Unidos, cujas semelhanças estruturais da dinâmica de desumanização dos corpos negros se aproximam da realidade brasileira, afirma que

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativa, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de uma acadêmica “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade no século XIX, que enfatiza o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 2016, p. 17).

Enquanto mulheres brancas de classe média viviam a valorização de sua condição social em função da maternidade, criando-se discursos e argumentos diversos para convencê-las da importância da maternidade, enfatizando-se seu papel como mães protetoras e o maior poder de decisão no âmbito da casa, mulheres negras eram tratadas como meras reprodutoras. Assim, “a exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Elas era “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar” (DAVIS, 2016 p. 19).

O papel do homem negro tampouco é o mesmo que o do homem branco universalizado na imagem da família tradicional. Nesse sentido,

“Assim como as mulheres negras dificilmente eram “mulheres” no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. Uma vez que maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidos à autoridade absoluta dos feitores, o fortalecimento da supremacia masculina entre a população escrava poderia levar a uma perigosa ruptura na cadeia de comando. (DAVIS, 2016, p. 20)

Enquanto a ideologia da maternidade perdeu força no século XX dando espaço à luta feminista por inserção no mercado de trabalho, e acesso à qualificação profissional e educacional, mulheres negras se engessavam em trabalhos domésticos mal remunerados, resquício da lógica escravista (PACHECO, 2013; COLLINS, 2019), cuidando dos filhos da classe média, enquanto seus filhos eram assistidos por outras mulheres negras, em redes de apoio coletivo. Essa mudança está atrelada à luta pelo controle de natalidade, aspecto fundamental da luta pela liberação feminina, cuja abordagem universalizante e desatenta às necessidades e especificidades da realidade das mulheres negras as impactou sobremaneira.

A defesa do controle de natalidade, questão valorizada pelas feministas, representou um caminho para a liberação das mulheres, pois as possibilitaria sair da limitação à vida privada, adentrar o mercado de trabalho, ter maior controle sobre quantidade de filhos e se dedicar a outras atividades que não as do lar. No entanto, ao ser encampada a partir de experiências específicas e universais refletiu a falta de atenção para a realidade de mulheres negras, sem acesso mínimos à saúde e a direitos reprodutivos de modo geral. A necessidade de repensar a questão do controle de natalidade foi colocada por feministas negras (CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2016; HOOKS, 2019) ao identificarem sua origem eugenista, seus usos políticos no sentido de controlar a população negra, bem como a importância de considerar os direitos reprodutivos enquanto uma pauta ampla, na qual o direito ao aborto está inserido.

Angela Davis (2016) demonstra que a formação do movimento feminista de luta pelos direitos relativos ao controle de natalidade é pouco representativo da diversidade das mulheres, apesar de a maternidade voluntária dizer respeito e beneficiar a todas. No contexto dos Estados Unidos, chama atenção o caráter eugenista que a luta pelo controle de natalidade assumiu no seu surgimento. Se inicialmente era voltada para a liberação das mulheres de classe média que queriam decidir sobre seus corpos, foi convertida em ações de controle das populações negras e pobres (DAVIS, 2016). Angela Davis aponta a existência de uma campanha política para convencer as feministas de que o controle de natalidade era um risco à população branca norte americana, representando um suicídio da raça.

Em 1919, a influência do eugenismo no movimento pelo controle de natalidade era inequívoca. Em um artigo publicado por Margaret Sanger no jornal da American Birth Control League [Liga Estadunidense pelo Controle de Natalidade; ABCL, na sigla original],

ela definiu que “a questão capital do controle de natalidade” era “mais crianças para aptos, menos para inaptos” (DAVIS, 2016, p. 216).

Segundo a abordagem racista e classista adotada por lideranças do movimento pelo controle de natalidade ao assumir o discurso do suicídio da raça, a redução da taxa de natalidade da população branca iria torná-los minoria populacional em pouco tempo, o que lhes traria implicações políticas e sociais. Assim,

“as feministas que defendiam o controle de natalidade começaram a difundir a ideia de que a população pobre tinha a obrigação moral de reduzir o tamanho de sua família, porque as famílias grandes drenavam os impostos e os gastos com caridade dos ricos e porque as crianças pobres eram menos propensas a se tornar superiores” (DAVIS, 2016, p. 212)

O direito das mulheres privilegiadas de controlar a maternidade e reduzir a taxa de natalidade passou, então, a ser interpretado como um dever para as mulheres pobres (DAVIS, 2016, p. 213), a fim de frear um incremento populacional indesejado. É nesse contexto que se desenvolve o incentivo às esterilizações, incentivadas ao longo de todo o século XX especialmente para as mulheres negras. Na década de 1970, enquanto o aborto era proibido, as esterilizações eram financiadas pelo Estado, podiam ser feitas gratuitamente e atingiam às mulheres de minorias étnicas nos EUA (DAVIS, 2016, p. 219).

No Brasil, o controle de natalidade praticado nos anos 1980 esteve sustentado pelo discurso médico direcionado às mulheres negras pobres, desvelando uma estratégia institucionalizada de redução do contingente negro e a permanência eugenista nas políticas públicas voltadas à população negra. Para demonstrar isso, Sueli Carneiro (2011) cita documento elaborado em 1992 pelo governo Paulo Maluff, à época governador de São Paulo, no qual, é apresentada uma proposta de esterilização massiva de mulheres pretas e pardas, a fim de barrar o crescimento desta população e frear sua possível futura atuação política (CARNEIRO, 2011, p. 132). Trata-se do documento “Sobre o Censo Demográfico de 1980 e suas curiosidades e preocupações”, no qual o governo expressa preocupação com o crescimento populacional negro, ante a conscientização das famílias brancas sobre o controle de natalidade e consequente redução no número de filhos, quadro que supostamente levaria, no ano 2000, à superioridade numérica da população negra, e a maior poder político desse grupo.

Carneiro também lembra que anos mais tarde, em 2007, Sérgio Cabral, então governador do Rio de Janeiro, deu entrevista a um jornal de ampla circulação relacionando

a interrupção da gravidez ao problema da violência urbana. Na entrevista, Cabral, entusiasmado com ideias de um autor norte americano de perspectiva semelhante, fala sobre sua discordância com a proibição do aborto, defendendo o aspecto político da liberação do aborto:

A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência pública. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro "Freakonomics" (Steven Levitt e Stephen J. Dubner). Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela suprema corte americana. Porque uma filha da classe média se quiser interromper a gravidez tem dinheiro e estrutura familiar, todo mundo sabe onde fica. Não sei por que não é fechado. Leva na Barra da Tijuca, não sei onde. Agora, a filha do favelado vai levar para onde, se o Miguel Couto não atende? Se o Rocha Faria não atende? Aí, tenta desesperadamente uma interrupção, o que provoca situação gravíssima. Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só.⁴

As falas de Paulo Maluff e Sérgio Cabral exemplificam como as opressões de gênero, classe e raça podem estar articuladas em posturas institucionais. Em sua fala, Cabral reproduz a imagem estereotipada de “mãe de bandido” atribuída às mulheres negras, expressando o racismo e a criminalização da pobreza negra, enquanto Maluff associa as mulheres negras a falta de consciência sobre planejamento familiar e expõe seu medo branco de ver os negros maioria no país.

No que diz respeito à maternidade das mulheres negras, é possível observar nessas falas que ela deixa de ser valorizada, desejada, para representar um problema social, e o aborto, enquanto política pública normalmente rechaçada para a população branca e/ou economicamente estável, passa a ser considerado uma alternativa - a despeito de valores morais que justificam sua rejeição - desde que direcionado a resolução do problema.

A comunidade negra estabelece relação com a maternidade que tem características que a diferencia da lógica hegemônica – tanto em termos de construção social da

⁴ Entrevista dada por Sérgio Cabral no ano de 2007 ao portal na internet da Rede Globo de Telecomunicações, G1.com, e veiculada no site da Globo, de amplo alcance nacional. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>. Acesso em 24/08/2019.

maternidade, quanto em termos de leitura teórica acerca da mesma. A maternidade negra não só não se encaixa em todo o padrão social estabelecido – tendo em vistas o lugar da mulher negra no imaginário social, a ausência de valorização da maternidade negra historicamente, a adoção compulsória de estratégias de sobrevivência ante a realidade de mortes e negação de direitos; como há, também, uma distinção no que diz respeito à forma como a maternidade é lida teoricamente, vez que é elaborada por vozes não hegemônicas a partir de uma lógica que não nega a maternidade, ao contrário, a afirma enquanto ação de resistência e estratégia de sobrevivência. Com isso duas questões se mostram importantes para se pensar a experiência da maternidade de mulheres negras. Em primeiro lugar, a lógica universalizante que exclui as especificidades da experiência materna negra e impõe a norma branca, relegando a experiência negra à margem, e em segundo lugar, os estereótipos negativos que atuam sobre as mulheres negras e pobres, muitas vezes associados à criminalização da pobreza.

REFERÊNCIAS:

BADINTER, Elisabeth. O conflito: a mulher e a mãe; tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011. Recurso Digital

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. Revista de Estudos Feministas. Nº 2/95, ano 3, 2º semestre, 458-463.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. tradução Sérgio Milliet, 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias - 2014. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da violência - 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em 27 out 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2011. Disponível em: <www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em 30 jan. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Revista Estudos Avançados, São Paulo, 17 (49), p. 117-132, set./dec. 2003

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado. vol 31. nº 1. jan/abr-2016.

COLLINS, Patricia Hill. Black woman and motherhood. *In*: Black feminist thought: [...]. New York and London: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: Reflexões e práticas de transformação feminista. Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015, p. 13 - 42.

COLLINS, Patricia Hills. Pensamento feminista negro: [...]. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Entrevista concedida a Boitempo, São Paulo, Brasil, mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XVdbyhuAJEs>. Acesso em out. 2019.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? 1ª ed. São Paulo: Difel, 2018.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci R. Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. A medida da dor: politizando o sofrimento negro. *In: Encrespando – Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU 2015 – 2024)*. FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (org) – Brasília: Brado Negro, 2016.

PACHECO, Ana Claudia. Mulher negra: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

ROCHA, Luciane de Oliveira. De-matar: maternidade negra como ação política na “pátria mãe” (gentil?). *In: Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço; 2016.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp.137-150.h

VARGAS, João H. Costa. Desidentificação: a lógica de exclusão antinegra do Brasil. *In: Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço; 2016